



Estimativa de universidade nos EUA mostra que as vidas perdidas para a covid-19 vão continuar crescendo em proporção geométrica. Para este mês, cálculo é de acréscimo de quase 100 mil e, no próximo dia 24, virá o pico: mais de 4 mil óbitos em apenas 24h

Projeção para 563 mil mortes até 1º de julho

» BRUNA LIMA

Abril mortal

Uma projeção da Universidade de Washington, nos Estados Unidos, estima que o Brasil, até 1º de julho, pode alcançar a marca de 562,8 mil mortes em decorrência da covid-19. O assustador é que este cenário é o considerado o mais otimista, segundo o estudo do Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME), ligado à universidade. As quase 600 mil vidas perdidas para o novo coronavírus referem-se ao panorama mais provável, no qual vacinas são distribuídas sem atrasos, governos determinam novas medidas restritivas com duração de seis semanas toda vez que o número de mortes diárias ultrapassar oito por milhão de habitantes — esse índice atualmente chega a 13 —, e vacinados deixam de usar máscaras somente três meses após a segunda dose, entre outras variáveis.



Mas não é esta a única projeção negativa do IHME: abril pode ser o mais mortal da pandemia, com quase 100 mil óbitos. O pico deve ocorrer no dia 24, quando calcula-se que mais de 4 mil pessoas perderão a vida em 24 horas. A projeção leva em conta o pior cenário possível, caso todos os vacinados voltem a se deslocar normalmente, usem menos máscaras e a eficiência do imunizante seja inferior diante da variante amazônica do novo coronavírus.

“Acaba de sair a projeção atualizada da pandemia pela Universidade de Washington. Resumo do Brasil: 562.863 mortos até o dia 1º de julho, 100 mil só neste mês de abril. Nesse ritmo, devemos superar os Estados Unidos em números absolutos em agosto. Triste!”, escreveu a epidemiologista Ethel Maciel em sua conta no Twitter. Caso as previsões se confirmem, a tendência é de que o Brasil ultrapasse os Estados Unidos em número de mortes até agosto.

Mesmo na melhor das hipóteses, o Brasil encerra abril com 418,9 mil mortes e sobe para 422 mil, no pior cenário. A diferença ocorre, sobretudo, a médio prazo, podendo o país poupar 88 mil vidas caso 95% da população use a máscara corretamente. As projeções do IHME têm como ponto de partida os números divulgados pelo Ministério da Saúde que, ontem, acrescentou mais 1.240 óbitos, totalizando 331.433 perdas pela doença.

Para fazer as projeções, o estudo constitui três cenários e todos consideram que as cepas do Brasil, da África do Sul e do Reino Unido vão continuar se espalhando. O crescimento de mortes projetado para o Brasil — o país tem, hoje, o segundo maior número do mundo, ficando atrás apenas dos EUA, que contabiliza 554,5 mil óbitos, de acordo com dados da Universidade Johns Hopkins — é sete vezes maior que o estimado para os norte-americanos.

Enquanto o Brasil vive o pior momento da pandemia, com recorde de mortes e hospitais colapsados, os EUA começam a retomar a normalidade graças ao seu acelerado programa de vacinação. De acordo com dados do site *Our World in Data*, vinculado à Universidade de Oxford, 31% da população americana já receberam ao menos uma dose do imunizante contra covid.

As projeções pessimistas para o Brasil ocorrem em um momento de escassez de doses e dificuldade para imprimir um ritmo mais acelerado à campanha de vacinação, com apenas 9% da população já tendo recebido ao menos a primeira dose. O modelo do IHME é o que tem embasado as políticas de saúde da Casa Branca.

Atualmente, há 1.296.002 pessoas em acompanhamento com covid-19 e novas 31.359 infecções foram confirmadas ontem. Desde o início da pandemia, o Brasil registrou 12.984.956 casos e, destes, 11.357.521 se recuperaram, o que representa 87,5% do total.

Miguel Schincariol/AFP



A tenebrosa projeção do IHME levou em consideração os números do próprio Ministério da Saúde. No pior cenário para abril, serão 422 mil óbitos no total



Resumo do Brasil: 562.863 mortos até o dia 1º de julho, 100 mil só neste mês de abril. Nesse ritmo, devemos superar os Estados Unidos em números absolutos em agosto. Triste"

Ethel Maciel, epidemiologista

Fábricas podem ser convertidas

Criticado pelo ritmo lento de vacinação contra a covid-19, o governo federal avalia a possibilidade de usar fábricas de vacinas para animais na produção de imunizantes contra o novo coronavírus. Foi o que disse o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, depois de uma reunião com o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom.

Para o ministro, o uso de fábricas de produtos para animais pode contribuir para que o Brasil não só amplie a capacidade própria de imunização, mas, também, futuramente, ofereça doses a outros países. Segundo ele, na reunião também foram discutidas medidas que possam assegurar mais fármacos para os próximos três meses.

Após reduzir previsões anteriores, Queiroga afirmou que o país tem asseguradas 30 milhões de doses para abril, o que, segundo ele, permite ao governo continuar aplicando neste mês a marca de 1 milhão de doses ao dia. “Primeiro objetivo é em abril conseguir permanecer todos os dias com um milhão de doses”, afirmou. Essa marca, porém, só foi atingida na última quinta-feira.

O ministro também comentou que o Brasil tem “negociado fortemente” com a embaixada da China sobre a ampliação de disponibilidade do Insumo Farmacêutica Ativo (IFA), principal componente das vacinas fabricadas tanto

pelo Instituto Butantan — produtor da CoronaVac —, quanto pela Fundação Oswaldo Cruz — que faz a Covishield, desenvolvida pela Universidade de Oxford e pelo laboratório AstraZeneca.

A estratégia de adaptar a indústria de produtos de saúde animal foi vista positivamente pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que disse não se opor à medida. Essa indústria possui três plantas com nível de biossegurança máxima. Segundo o vice-presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Saúde Animal (Sindan), Emílio Salani, há capacidade suficiente para atender a demanda de vacinação em todo o país.

Quando a disputa política favorece a ciência

Miguel Schincariol/AFP



Doria deu prazo para a ButanVac, que ainda está na fase inicial de testes

O desenvolvimento e produção de vacinas contra covid-19 no Brasil entra na segunda geração com o avanço de iniciativas nacionais. Os futuros imunizantes nacionais aguardam o aval da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para iniciarem os testes em humanos, mas já antecipam uma nova disputa entre o governo federal e o de São Paulo. Isso porque, de um lado, está protocolada a documentação da Versamune-CoV-2FC, desenvolvida pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP, em parceria com a empresa Farmacore Biotecnologia e a PDS Biotechnology. E, do outro, a ButanVac, a ser fabricada pelo Instituto Butantan.

Ambos os imunizantes estão nos estágios iniciais e não têm data para começarem a ser aplicados na população, caso se somem ao Plano Nacional de Imunização (PNI). Mas naquilo que a

ciência é limitada, a política é pródiga — em promessas. Ao apresentar a ButanVac, o governador João Doria, assegurou que o país já teria acesso a 40 milhões de doses do fármaco no segundo semestre deste ano. Mais prudente foi o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, que não deu prazos, apesar de ter anunciado a Versamune-CoV-2FC poucas horas depois do anúncio do governo paulista.

“A maioria dessas vacinas brasileiras terminou, no máximo, a fase pré-clínica, em animais. Agora, começam as fases clínicas 1, 2 e 3, teste de segurança e eficácia. Costumamos dizer que, quem coloca data de entrega de vacina é político, não é cientista”, criticou a microbiologista Natália Pasternak, diretora-presidente do Instituto Questão de Ciência.

Apesar do Instituto Butantan ter como vantagem uma fábrica

de vacinas pronta, por usar a mesma estrutura na produção dos imunizantes contra a gripe, isso não significa liberar o uso para a população. “É importante que existam e que a gente tenha, no Brasil, desenvolvimento das nossas próprias vacinas, para que, no futuro, a gente tenha autonomia de produção. Mas, por enquanto, é muito cedo”, destacou a microbiologista.

Autonomia

O imunologista e pesquisador da Universidade de São Paulo (USP) Gustavo Cabral, que trabalha diretamente com o desenvolvimento de vacinas, destaca que a parceria com laboratórios de fora deve ser vista com bons olhos, desde que garanta a autonomia ao país. “É sempre boa. O que não é legal é dependermos exclusivamente de insu-

mos vindos do exterior, por exemplo”, salientou.

Outra vantagem dessas vacinas de segunda geração é a capacidade de se adequarem às novas variantes, que são parte da evolução natural de qualquer vírus. “Trabalhamos há um tempo essa questão e sabíamos da existência de 700 variantes lá atrás. Hoje, temos cerca de 900. A adequação não seria um problema”, afirmou.

Para isso, o investimento deve continuar quando a covid-19 der trégua, já que outros surtos ou mesmo outras doenças podem demandar a produção acelerada. “Muitas vezes, a gente desenvolve um trabalho e quando estamos próximos de chegar à produção de um conhecimento científico, há cortes de verbas e perdemos estudantes, a estrutura, e vai tudo por água abaixo. Isso nos destrói cientificamente”, observou. (BL com Maria Eduarda Cardim)